



22 a 25 de outubro de 2019

Revogação das reformas trabalhista e previdenciária, da lei de terceirização e da lei do teto dos gastos.

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

NOSSAS PROPOSTAS:

- Sobre a política municipal e a questão educacional.
- Sobre a conjuntura internacional e a resposta proletária.
- Plano de Lutas.

Aos delegados(as),

Os congressos do Sinpeem têm se caracterizado como encontros festivos, despolitizados e profundamente antidemocráticos. Trata-se de um formato que não é aprovado em nenhuma instância, nem sequer nas reuniões de diretoria. A corrente Compromisso e Luta, liderada pelo Cláudio Fonseca, decide tudo sem consultar ninguém. Assim, prevalecem os shows, atividades culturais e palestras, no lugar de privilegiar o debate entre os próprios delegados de base e a deliberação sobre os problemas reais das escolas, como a situação exige e como manda o princípio da democracia operária.

Na contramão dessa necessidade, a direção majoritária da entidade impõe a sua tese, mascarada como "Texto Referência". Esse mecanismo obriga as outras correntes a se limitarem a "propostas de emendas", que precisam ser assinadas previamente por um número elevado de filiados e são defendidas de forma fragmentada, com tempo restrito. O objetivo ao impor esse entulho burocrático é, evidentemente, mutilar a apresentação das teses dos agrupamentos oposicionistas. A Corrente Proletária na Educação, porém, não se curva diante dessa manobra absurda. Inscreveu as suas emendas para ter direito à fala no microfone e, ao mesmo tempo, está distribuindo aos delegados a sua tese, que ela camarada ora possui em mãos.

Tese da Corrente Proletária na Educação/ P.O.R. Ao 30º Congresso do SINPEEM

Bolsonaro, o Congresso Nacional, Doria e Covas mantêm a ofensiva contra os explorados. É preciso reorganizar o movimento, preparando uma nova greve geral! Combater nas ruas as medidas antinacionais e anti-operárias! Que os capitalistas arquem com a sua crise! Organizar a frente única anti-imperialista! Partir das reivindicações mais sentidas pelos explorados e ligá-las ao programa socialista de expropriação revolucionária do capital! Em defesa da revolução e ditadura proletárias!

Acerca da política sindical e da conjuntura nacional:

1. Pesa sobre os ombros dos explorados a carga de duas grandes derrotas recentes: primeiro foi a aprovação da reforma trabalhista, ainda sob o governo de ditadura civil de Temer; agora, a reforma da previdência, proposta assumida pelo Congresso Nacional, debaixo do governo militarista e fascistizante do Bolsonaro. Em ambos os casos, as direções sindicais jogaram um papel de traição aos explorados, com uma política nefasta de desviar a explosiva insatisfação das massas para o campo do eleitoralismo e da pressão parlamentar, como se fosse possível "desidratar" as reformas a partir das negociatas via Congresso Nacional. As duas greves gerais, de abril de 2017 e junho de 2019, mostraram que os trabalhadores e a juventude oprimida estavam dispostos a combater para pôr abaixo as medidas anti-operárias. Contudo, por conta da política fracassada de conciliação de classes empunhada pela frente burocrática, liderada pelas centrais,

as contrarreformas puderam ser aprovadas na mais absoluta calma.

2. As contrarreformas aprovadas por Temer e Bolsonaro integram o conteúdo do golpe de Estado de 2016. A deposição de Dilma Rousseff respondeu aos interesses da burguesia de impor ao país um governo capaz de cortar mais fundo na carne dos explorados, diante da situação de crise econômica mundial. Não que o PT não tivesse realizado um governo burguês, de ataque à vida dos explorados; a questão é que não era um partido orgânico da burguesia e vinha se mostrando impotente no que diz respeito à necessidade de aprovar as medidas de ajuste fiscal com a celeridade, amplitude e agudeza exigidas, principalmente em função do problema da dívida pública. Ou seja, o imperialismo exigia cortes orçamentários e uma reestruturação constitucional, na esfera dos direitos, que o PT se mostrou incapaz de empreender. Daí a imposição ao Brasil semicolonial de um governo transitório de ditadura civil, que foi o governo Temer. Este logrou aprovar diversas medidas de arrocho à vida das massas. Na sequência, vieram as eleições e a subida ao poder do governo ultradireitista de Bolsonaro, com características claramente bonapartistas. Todos esses elementos, como o golpe de Estado, a ditadura civil e o Estado policial bolsonarista trouxeram à tona as tendências fascistizantes da burguesia. A aprovação do plano de retirada de direitos teve de contar, portanto, com a montagem de um enorme aparato autoritário, somado à política de conciliação de

- classes das direções sindicais.
3. A direção majoritária do Sinpeem se nega a caracterizar a aprovação das contrarreformas como derrota e a postura das direções das centrais como traidora. Pelo contrário, tem dado a entender que há um saldo positivo para os trabalhadores, dizendo que “poderia ter sido pior”. Proclama para quem quiser ouvir que foi uma “vitória” os estados e municípios terem ficado de fora da reforma previdenciária. Afirma, ainda, que o desfecho da luta contra a Sampaprev teve conquistas, citando os aspectos que figuravam nas primeiras versões do PL - como a alíquota progressiva, que poderia chegar até 19% - e que foram retiradas na versão final. O problema está em que a direção utiliza esse fato para duas finalidades: primeiro, jogar confete em si mesma; segundo, para evitar um balanço rigoroso da sua própria política. No primeiro caso, confunde intencional e oportunamente a sua intervenção com a da categoria, deslocando o protagonismo da classe para a figura do Cláudio; no segundo, oculta os seus erros e até sua atitude de boicote ao movimento. E a conclusão não poderia ser pior: semeia confusão entre os trabalhadores, como se a essência dos ataques não tivesse sido preservada, golpeando a fundo a vida dos explorados de conjunto. Nesse sentido, age como corporativista, pois vira as costas para os trabalhadores que estão sendo atingidos pelas medidas aprovadas. O mais grave, todavia, é que a linha de “cantar vitória” dificulta aos trabalhadores compreenderem que as duas traições e derrotas emperraram o enfrentamento ao governo militarista de Bolsonaro. É por isso que a tarefa principal do momento para os explorados é justamente tirar do seu caminho o obstáculo que são as direções corrompidas.
 4. O Sinpeem encabeçou, de fato, mobilizações importantes nessa trajetória. Foram sucessivas greves, com assembleias e manifestações massivas. E isso, em que pese a política da direção majoritária, que sempre apostou na via parlamentar, pacifista, alimentando ilusões nas mesas de negociação (que só servem para enrolar e enganar os trabalhadores), nas negociações de bastidores, na “pressão” sobre os vereadores e na via judicial (como se a Justiça não fosse patronal). O que explica a amplitude das últimas mobilizações é a combinação de alguns fatores, sendo o principal deles um impulso espontâneo, nascido da gravidade dos ataques. A oposição também deu a sua contribuição, apesar das suas limitações. Já o setor majoritário se encontra divorciado da base, com vários dos seus membros “liberados”, isto é, afastados do trabalho há muitos anos. Não sente a classe pulsar no dia-a-dia, só sabe dos problemas que emergem do chão de escola a partir dos informes dados por terceiros. São dirigidos por um caudilho, o Cláudio Fonseca, que está imerso na política burguesa há décadas. É do conhecimento da categoria o fato dele ter contribuído para eleger o ex-prefeito João Doria. Seu partido compõe a base do governo tucano. Controla o sindicato com mão de ferro, é personalista e centralizador. Em suma, devido à política de sua direção, não há democracia nem independência no Sinpeem.
 5. Um sintoma grave do quão apartada das necessidades da categoria está a direção do Sinpeem é o fato do vereador Cláudio Fonseca ser o autor do PL 68/2017. Trata-se de um projeto que, se aprovado, permitirá um aprofundamento da terceirização na Educação Infantil. No discurso, pretende abolir diferenciações negativas, que de fato existem, no seio do quadro docente, tendo em vista o fato dos profissionais dos CEIs não possuírem os mesmos direitos dos que lecionam nas EMEIs e EMEFs. Procura atingir essa isonomia criando o cargo de PEIF e estabelecendo a JEIF como jornada do cargo para todos. São vários os problemas dessa proposta, destacamos dois: o primeiro é de método, uma vez que se trata de um PL submetido à Câmara de Vereadores, a mesma cova de pilantras que aprovou a Sampaprev, é dominada de cima a baixo pelo Executivo peessedebista e possui um perfil claramente direitista. É nessa gente que o Cláudio Fonseca quer que confiemos a tarefa de valorização dos profissionais dos CEIs. Aqui cabem pelo menos duas perguntas: será que a Câmara que aprovou há pouco o confisco de mais 3% sobre os nossos salários (Sampaprev) irá oferecer JEIF para todos, sem luta? Será que a mesma Casa Legislativa que está repleta de proprietários de creches conveniadas, compondo uma verdadeira máfia, possui algum interesse na melhoria das condições de trabalho para os docentes e na garantia de serviços públicos gratuitos que atendam às necessidades da população? A resposta às duas questões é, evidentemente, não. O segundo problema está em que a possibilidade de transitar dos CEIs para EMEIs e EMEFs, apesar de ser um direito negado, irá provocar um esvaziamento dos CEIs, cimentando o caminho para o reforço da privatização. A verdade é que o Fonseca não quer enfrentar o problema central, que é justamente o fato de grande parte do atendimento às crianças de 0 a 3 anos se encontrarem nas mãos da gestão privada. E enfrentar o problema implica lutar pela estatização, sem indenização, sob controle dos trabalhadores. Nesse sentido, qualquer defesa da “isonomia” sem combater as conveniadas e a rede indireta não passa de hipocrisia.

Sobre a política municipal e a questão educacional:

6. Os trabalhadores em Educação do município de São Paulo têm enfrentado vários ataques por parte do governo municipal, atualmente sob o comando do prefeito Bruno Covas/PSDB. Amargam um longo período de arrocho salarial, considerando que todos os reajustes – embora conquistados com luta – foram abaixo da inflação, situação

piorada pelo confisco de mais 3% dos salários, através da aprovação da Sampaprev. A elevação da alíquota dirigida ao Iprem para 14%, por sua vez, respondeu a uma imposição de cima para baixo, sendo determinada pela movimentação em âmbito federal em favor da aprovação da reforma da previdência. Trata-se, na verdade, de um plano ditado pelo imperialismo ao Brasil, tendo como objetivo salvaguardar os interesses do capital financeiro relacionados ao pagamento da dívida pública.

7. À penúria salarial se somam a muitos outros problemas. As condições de trabalho vão de mal a pior, com um déficit cada vez maior de docentes e funcionários do quadro de apoio. Não há o suporte necessário para lidar com as crianças com deficiência. A violência grassa no entorno e até no interior das unidades. As escolas necessitam se virar com o mirrado orçamento para continuar funcionando. Enfim, a precarização avança como política consciente, servindo aos interesses privatistas. É o velho clichê neoliberal sendo colocado em prática: primeiro sucateia, para depois justificar a entrega à iniciativa privada, prometendo à população uma melhoria nos serviços. Em nenhum lugar esse roteiro deu frutos positivos.

Na Educação Infantil, há já uma enorme presença da terceirização, com as conveniadas e a rede indireta. O governo municipal está alinhando a Educação municipal, num processo acelerado, às determinações da reforma do ensino médio e à BNCC.

8. Parte essencial desse plano é o fechamento de salas e turnos, em particular no noturno e na EJA, paralelamente à imposição das escolas de tempo integral (ETIs), pela via da implementação do Programa São Paulo Integral. A Instrução Normativa nº 21, entre outras medidas de ataque, estabelece a adesão compulsória das EMEFs dos CEUs ao Programa, escancarando a face autoritária desse governo, passando por cima da autonomia dos conselhos de escola. Mais do que isso, tem se utilizado da chantagem, oferecendo mundos e fundos às unidades, como se nós não vivêssemos no mesmo país que aprovou a PEC do Teto, congelando investimentos por vinte anos, e que tem realizado sucessivos cortes no orçamento educacional. O governo mente também às famílias, prometendo aulas de robótica, dança etc. No fundo, está preparando o terreno para uma maior penetração da iniciativa privada, tal como já se vê na rede estadual paulista.

9. A combinação dos ataques nos planos federal, estadual e municipal revela uma investida geral da burguesia sobre a Educação Básica, visando valorizar uma massa gigantesca de capital que não tem onde ser aplicado. Esse

processo principiou pela Ensino Superior, encontrando-se hoje esgotado. A esmagadora maioria das vagas e instituições nesse nível já se encontra nas mãos dos monopólios, a exemplo da Kroton. Este grupo cresceu muito com o investimento no Ensino à Distância (EaD), uma excrescência que só serve ao intento de baratear ao extremo os “custos” com pessoal, estrutura etc. A venda de “sistemas de ensino” e materiais didáticos constitui outro filão. Projetos como o Inova SP e o Novotec, da rede estadual, e o Future-se, do governo federal, possuem um acentuado caráter privatista. Estão inseridos num contexto de avanço da militarização das escolas e do obscurantismo religioso, os quais comparecem representados pelas investidas reacionárias do Escola Sem Partido. Trata-se de um quadro de assombroso retrocesso na Educação.

O fenômeno da superprodução impede que a ciência penetre na produção social. Os avanços pontuais na técnica e na tecnologia, além de serem diminutos frente à capacidade de desenvolvimento represada, não chegam à toda população e ainda se voltam contra a humanidade, na medida em que potenciam a criação de valores que não têm como se realizar, isto é, não podem ser consumidos, provocando quebras econômicas cíclicas.

10. A crise da Educação, porém, não é conjuntural. Também não é resultado tão somente da falta de verbas, não é uma crise de modelo, de gestão ou de currículo. Os ataques atuais só têm aprofundado uma crise que é muito mais profunda. É verdade que as verbas são escassas, há uma intencionalidade da classe dominante no sentido de empregar a Educação como aparato ideológico para manter a sua dominação, bem como é certo que há muito desperdício de recursos. Certamente, o currículo desnuda uma escola apartada da vida real. Não obstante, esses são apenas sintomas de uma enfermidade muito maior. Sob o capitalismo, que se encontra em sua fase última – imperialista –, é impossível um amplo florescimento da humanidade, pois as forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontram encarceradas pelas relações de produção monopolistas. O fenômeno da superprodução impede que a ciência penetre na produção social. Os avanços pontuais na técnica e na tecnologia, além de serem diminutos frente à capacidade de desenvolvimento represada, não chegam à toda população e ainda se voltam contra a humanidade, na medida em que potenciam a criação de valores que não têm como se realizar, isto é, não podem ser consumidos, provocando quebras econômicas cíclicas. É dessa forma, então, que o capitalismo impõe a separação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto do conhecimento, entre nós e a realidade. Daí a defesa que a Corrente Proletária na

Educação faz da escola vinculada à produção social, como bandeira que corresponde à necessidade de unir a teoria à prática, colocando como premissa a tarefa histórica de soterrar a propriedade privada dos meios de produção.

Sobre a conjuntura internacional e a resposta proletária:

11. A crise educacional e os duros ataques sobre os trabalhadores em geral se inscrevem num cenário de bancarrota econômica do país, sendo esta uma refração da crise estrutural do capitalismo. A barbárie avança por toda a parte, assumindo formas diversas: recrudescimento das tendências bélicas (vide o caso das ameaças ao Irã), saque imperialista sobre as semicolônias (como na Venezuela), a guerra comercial – particularmente entre os EUA e a China –, o desemprego em massa, o crescimento da onda fascizante, o reforço das tendências ditatoriais da burguesia, entre muitos outros aspectos. Há, por outro lado, um acirramento da luta de classes em escala mundial. As massas têm reagido instintivamente aos ataques, protagonizando lutas heroicas. Enfrentam o seu principal obstáculo, que é a crise de direção revolucionária. A destruição da III Internacional e do partido bolchevique pelo stalinismo contrarrevolucionário prestou um enorme serviço à burguesia mundial. A IV Internacional, fundada por Trotsky, não sobreviveu ao terrível isolamento, à destruição física da vanguarda e ao posterior estilhaçamento pelas diversas correntes revisionistas. Assim, a classe operária e os demais oprimidos se encontram órfãos, sem uma direção à altura dos grandes acontecimentos. O reformismo, que no Brasil conheceu a sua máxima expressão no PT, vai de derrota em derrota, mostrando-se impotente e servil aos ditames do capital financeiro.

12. Aos explorados, diante de tantos ataques por parte da burguesia e seus governos, só resta lutar. Contra todos os desvios e as falsas soluções propostas pelos reformistas, centristas e stalinistas, as massas devem se lançar no campo da independência de classe, empregando o método próprio do proletariado, que é a ação direta. Os sindicatos podem e devem cumprir um papel decisivo na centralização das forças e no levantamento dos trabalhadores pelas suas reivindicações mais sentidas, servindo como ferramenta auxiliar na luta pelo poder. Mas, para atingir esse ponto, os explorados terão que acertar contas com as burocracias sindicais e direções políticas corrompidas. No caso do Sinpeem, os trabalhadores em Educação terão que varrer o setor majoritário e recuperar a entidade para a luta, respeitando a democracia

operária. É na trajetória dos enfrentamentos necessários que os oprimidos irão forjando uma nova direção, classista e revolucionária. Está colocada a tarefa de colocar em pé o partido operário revolucionário, guiado pela estratégia socialista da tomada do poder pela via insurrecional e instauração de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Plano de Lutas:

O 30º Congresso do Sinpeem deve se posicionar pelas seguintes bandeiras:

- Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular, de Bolsonaro;
- Não ao pagamento da dívida pública e pela estatização sob controle dos trabalhadores de todo o sistema financeiro;
- Revogação das reformas trabalhista e previdenciária, da lei de terceirização e da lei do teto dos gastos;
- Combinar a luta contra as reformas com a defesa das reivindicações vitais das massas: salário mínimo vital, a ser calculado pelas assembleias, com reajuste automático; emprego a todos, com estabilidade e efetivação dos trabalhadores terceirizados, por meio da escala móvel das horas de trabalho;
- Responder às privatizações e à desnacionalização com a bandeira de reestatização, com o controle operário da produção;
- Responder aos ataques contra a educação pública: fim do sistema privado de ensino;
- Não às Escolas de Tempo Integral e ao Ensino à Distância;
- Rejeição do PL 68/2017;
- Isonomia salarial e de direitos.
- Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas. Não à militarização das escolas;
- Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha, com financiamento integral pelo Estado, cobrindo todas as necessidades das escolas;
- Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das prisões e perseguições àqueles que lutam e organizam os movimentos;
- Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira do governo operário e camponês, que será erguida por meio da revolução proletária.

(...) os trabalhadores em Educação terão que varrer o setor majoritário e recuperar a entidade para a luta, respeitando a democracia operária. É na trajetória dos enfrentamentos necessários que os oprimidos irão forjando uma nova direção, classista e revolucionária.
